

MPF-AL – SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO 2021
GABARITO DEFINITIVO - PROVA OBJETIVA 14/07/2021

GABARITO PRELIMINAR

(divulgação em 14/07/21)

OBSERVAÇÃO 1: Confira seu gabarito pelo enunciado da questão (e não pelo número) e pelas alternativas da resposta (e não pela letra) pois o sistema da prova mistura as questões e as alternativas. A resposta correta está em vermelho.

OBSERVAÇÃO 2: Caberá recurso dirigido por email para pral-estagio@mpf.mp.br , no prazo de 1 (um) dia útil após a data de divulgação do gabarito preliminar, das 00h às 23h59 (horário local), conforme especificado no Edital PR/AL nº 02/2021.

LÍNGUA PORTUGUESA

1 - Consideradas as frases abaixo, sob a ótica da norma culta da língua portuguesa, marque a alternativa CORRETA.

- I) Os procuradores da República signatários vem à presença de Vossa Excelência fazer os requerimentos abaixo descritos.
- II) Irresignado, o autor buscou saber porque o seu pedido havia sido indeferido.
- III) O advogado havia chegado atrasado.
- IV) Havia muitas pessoas na sala de audiência.

- A) Apenas uma frase está escrita corretamente.
- B) Apenas duas frases estão escritas corretamente.
- C) Apenas três frases estão escritas corretamente.
- D) Todas as frases estão escritas corretamente.

2 - Marque a alternativa que NÃO CONTÉM ERRO quanto ao emprego da crase:

- A) Ao efetuar a oferta de venda à prazo, o fornecedor ficou vinculado à proposta.
- B) O conteúdo dos autos indicava à ele que a versão defensiva não era verdadeira.
- C) O peticionante fez referência àquilo que havia dito antes.
- D) A vítima passou à relatar todo o ocorrido.

3 - Marque a alternativa que CONTÉM ERRO quanto à concordância verbal:

- a) Eu, você e o declarante concluiremos a reunião em pouco tempo.
- b) Renovou-se os prazos.
- c) Hoje são 4 de fevereiro.
- d) Nem prescrição nem decadência ocorreram.

MPF-AL – SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO 2021 GABARITO DEFINITIVO - PROVA OBJETIVA 14/07/2021

4 - Marque a alternativa que NÃO CONTÉM ERRO de concordância nominal ou verbal:

- a) Segue anexo os relatórios de auditoria.
- b) Tratam-se crimes contra o patrimônio.
- c) Fazem cinco anos que o mandato eletivo terminou.
- d) Houve três tentativas de citação do réu.

5 - Marque a alternativa que contém ao menos uma palavra escrita de forma INCORRETA:

- A) comecei; encher; exigir.
- B) xingar; paralisar; deslize.
- C) segmento; cérebro; exceção.
- D) enterter; pesquisa; ansioso.

6 - Considerando o texto abaixo, marque a alternativa CORRETA:

Adesão do Brasil à Convenção de Budapeste é necessária e urgente, defende MPF em audiência pública

Para a procuradora da República Fernanda Domingos, a medida é imprescindível para garantir o adequado enfrentamento e a prevenção de crimes cometidos pela internet

O Ministério Público Federal (MPF) participou nessa segunda-feira (14) de audiência pública que tratou da adesão do Brasil à Convenção de Budapeste sobre o Crime Cibernético. O evento virtual foi promovido pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, da Câmara dos Deputados. Em dezembro de 2019, o Brasil foi convidado pelo Conselho da Europa a participar do tratado, após consulta aos Estados membros da Convenção durante reunião do Comitê de Ministros da entidade. Atualmente, o país é apenas observador e ainda não possui direito a voto para definição de estratégias e diretrizes do acordo. A adesão como membro pleno depende apenas de ratificação pelo Poder Legislativo, com a expedição de decreto-legislativo para que seja iniciada sua implementação.

De acordo com a coordenadora do Grupo de Apoio sobre Criminalidade Cibernética (GACC), vinculado à Câmara Criminal do MPF (2CCR), procuradora da República Fernanda Teixeira Souza Domingos, a adesão do Brasil como membro pleno da Convenção é medida necessária e urgente. "Em matéria de crimes cibernéticos, a cooperação internacional precisa ser muito rápida, sob pena de se verem frustrados todos os esforços para combater a criminalidade, já que as provas eletrônicas podem ser rapidamente eliminadas. Neste contexto, a adesão à Convenção de Budapeste se tornou inadiável", afirmou.

A procuradora relatou que, durante a pandemia, houve uma "explosão" no

MPF-AL – SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO 2021 GABARITO DEFINITIVO - PROVA OBJETIVA 14/07/2021

cometimento de crimes através da internet, demonstrando que o sistema jurídico brasileiro não está preparado para lidar adequadamente com a criminalidade cibernética em grande escala. De acordo com ela, têm sido registrados números expressivos de novos delitos no meio virtual, como fraudes no pagamento do auxílio emergencial, ataques aos sistemas das instituições nacionais, de empresas privadas, aos dispositivos informáticos dos cidadãos, frequentemente acompanhados de pedidos milionários de resgate em moeda virtual, além do aumento exponencial das fraudes bancárias, phishing e de distribuição de pornografia infantil.

Para Fernanda Domingos, é evidente a necessidade de um esforço conjunto entre as instituições governamentais e de Justiça do país voltado à harmonização legislativa e à capacitação técnica dos operadores do direito, o que será possível com a adesão à Convenção, de forma que o Brasil esteja inserido no contexto da cooperação internacional na matéria. "A criminalidade cibernética não se importa com fronteiras. Do contrário, se beneficia de nossa falta de capacidade de coordenação e articulação no seu enfrentamento. A adesão à Convenção de Budapeste não pode ser mais adiada e revela-se medida necessária e urgente a fim de possibilitar que o Brasil faça frente a essas ameaças cibernéticas da atualidade", ponderou.

Também participaram da audiência pública o chefe da Divisão de Combate ao Crime Transnacional do Ministério das Relações Exteriores, conselheiro Eric do Val Lacerda Sogocio; a diretora do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Silvia Amélia Fonseca de Oliveira; o diretor do Departamento de Segurança da Informação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Marcelo Paiva Fontenele; o chefe do Comando de Defesa Cibernética do Exército, general Heber Garcia Portella; e a coordenadora de Pesquisa da Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa, Daniela Eilberg.

Convenção de Budapeste – Criada em 2001, a convenção sobre o cibercrime é um tratado internacional sobre crimes cibernéticos, com normas de direito penal e processual penal voltado a definir estratégias conjuntas entre os países membros para a tipificação e o enfrentamento de crimes praticados na internet. O tratado, que reúne atualmente mais de 60 países, tem também papel primordial no combate aos crimes de lavagem de dinheiro, terrorismo e tráfico de pessoas e de drogas.

(Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/adesao-do-brasil-a-convencao-de-budapeste-e-necessaria-e-urgente-defende-o-mpf-em-audiencia-publica>>. Acesso em: 17 de junho 2021.)

a) A facilidade de eliminação de provas eletrônicas é fator determinante na demanda por agilidade na cooperação internacional voltada ao combate a crimes cibernéticos.

MPF-AL – SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO 2021

GABARITO DEFINITIVO - PROVA OBJETIVA 14/07/2021

b) O sistema jurídico brasileiro encontra-se em posição de vanguarda no combate a crimes cibernéticos, dando resposta adequada e célere ao expressivo aumento da criminalidade virtual ocorrido durante a pandemia.

c) Ao afirmar que “*a criminalidade cibernética não se importa com fronteiras*”, a coordenadora do Grupo de Apoio sobre Criminalidade Cibernética (GACC) refere-se ao fato de que grupos de *hackers* constantemente buscam subverter a atual configuração política internacional, ora promovendo a divisão territorial de países, ora promovendo a anexação de países independentes.

d) A cooperação internacional para repressão a crimes cibernéticos deve ter por foco a criação de normas voltadas ao atendimento de problemas específicos de cada país em relação à matéria, pois a adaptação das normas à realidade local, em respeito às diferenças entre os sistemas jurídicos, é fator determinante para uma cooperação internacional mais célere.

DIREITO PENAL

1 - A Constituição Federal elenca, de forma expressa, os princípios penais abaixo, exceto:

- A) O princípio da legalidade ou da reserva legal
- B) O princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa
- C) O princípio da intervenção mínima**
- D) O princípio da individualização da pena

2 - Após trocarem ofensas mútuas, João e Paulo retornam às suas respectivas casas. No dia seguinte, João se direciona à residência de Paulo, portando arma de fogo, e, ao avistar seu desafeto, atira contra ele, com o intuito de matá-lo. Entretanto, por não ser um atirador experiente, o tiro atinge Enzo, filho de Paulo, de apenas 8 anos, que morre no local. Segundo o Código Penal:

- A) A situação descrita se amolda ao que a doutrina chama de *aberratio ictus* ou erro de execução.**
- B) João responderá por homicídio culposo, pois não tinha a intenção de matar Enzo.
- C) João responderá por homicídio doloso, acrescido da causa de aumento em razão da idade da vítima.
- D) João responderá por homicídio culposo, em razão do erro de execução.

3 - Durante viagem aos Estados Unidos da América, José, brasileiro nato, furta objetos de valor em um restaurante em que almoçara, fato que é gravado pelas câmeras de segurança do estabelecimento. Ao tomarem conhecimento do crime na semana seguinte, as autoridades norte-americanas verificam que José já havia retornado ao Brasil. Tendo em vista o disposto no Código Penal:

- A) Considerando que o crime não foi cometido no Brasil, José não se submete à lei penal brasileira.
- B) Como José não foi processado nos Estados Unidos, não há como as autoridades brasileiras iniciarem a persecução penal contra José.

MPF-AL – SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO 2021

GABARITO DEFINITIVO - PROVA OBJETIVA 14/07/2021

C) Pelo princípio da personalidade ativa, é possível aplicar a lei penal brasileira ao crime cometido por José.

D) Por ser brasileiro nato, em nenhuma hipótese José responde por crimes cometidos em outros países.

4 - Segundo o Código Penal, são penalmente inimputáveis:

A) os menores de 21 anos.

B) o agente que pratica crime em estado de violenta emoção.

C) o agente que pratica crime em estado de embriaguez, ainda que voluntária.

D) o agente cujo desenvolvimento mental incompleto o torne, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato.

5 - No que se refere aos crimes ambientais:

A) a responsabilização do sócio da empresa afasta a possibilidade de aplicação de pena à própria pessoa jurídica.

B) a pessoa jurídica poderá ser responsabilizada nas esferas cível e administrativa, mas não no âmbito penal, em razão do princípio da individualização da pena.

C) os maus tratos praticados contra animais domésticos não são tipificados na lei de crimes ambientais.

D) a depender das circunstâncias do caso concreto, é possível aplicar o princípio da insignificância aos crimes ambientais.

6 - Marque a opção CORRETA em relação à disciplina dos crimes contra a administração pública no Código Penal:

A) Apenas funcionários públicos estatutários podem ser responsabilizados penalmente pela prática de crimes contra a administração pública.

B) A despeito das peculiaridades do seu vínculo com a administração pública, o estagiário pode se enquadrar no conceito de funcionário público para fins penais.

C) O crime de peculato não admite a forma culposa.

D) Eventual condenação em ação de improbidade administrativa impede que o Ministério Público ajuíze ação penal contra a mesma pessoa em relação a fatos idênticos.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1 - Assinale a alternativa que NÃO descreve uma hipótese de competência penal da Justiça Federal:

A) Crime de redução a condição análoga à de escravo.

B) Crime ambiental envolvendo animais silvestres em extinção, exóticos ou protegidos por compromissos internacionais.

C) Crime de estelionato em que a vítima é o Banco do Brasil.

MPF-AL – SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO 2021

GABARITO DEFINITIVO - PROVA OBJETIVA 14/07/2021

D) Crime de falso testemunho praticado durante a instrução de processo em trâmite perante a Justiça do Trabalho.

2 - Marque a opção CORRETA a respeito da prisão em flagrante:

- A) A falta de testemunhas da infração impedirá a lavratura do auto de prisão em flagrante.
- B) Uma vez lavrado o auto de prisão em flagrante seguindo todos os requisitos legais, pode ser dispensada a realização de audiência de custódia.
- C) Apenas a autoridade policial pode prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.
- D) Se o réu, sendo perseguido, passar ao território de outro município ou comarca, o executor poderá efetuar-lhe a prisão no lugar onde o alcançar, apresentando-o imediatamente à autoridade local, que, depois de lavrado, se for o caso, o auto de flagrante, providenciará para a remoção do preso.

3 - Judas Iscariotes dirigiu-se aos Correios, empresa pública federal, para postar uma encomenda. Enquanto a funcionária que o atendia se afastou do guichê para procurar um selo, Judas abriu a gaveta interna e dela subtraiu a quantia de 300 reais. Ao final do dia, ao constatar o sumiço do valor, o gerente da agência dos Correios foi verificar as imagens captadas pelas câmeras de segurança e constatou a ação de Judas. Após a instrução do inquérito policial, Judas foi denunciado pelo MPF, que o acusou da prática do crime de furto. O juiz federal recebeu a denúncia e citou Judas Iscariotes para responder à acusação por escrito. Em sua defesa, Judas alegou atipicidade do fato em razão da incidência do princípio da insignificância. Ato contínuo, o magistrado acolheu a argumentação da defesa e absolveu sumariamente o denunciado com fundamento no art. 397, inciso III, do Código de Processo Penal, decisão com a qual o membro do MPF não concordou. Sobre o caso, assinale a alternativa CORRETA:

- A) Contra a decisão de absolvição sumária, deve ser interposto recurso em sentido estrito.
- B) Para combater a decisão que absolveu sumariamente o réu, o membro do MPF deverá interpor recurso de apelação.
- C) A decisão de absolvição sumária só pode ser combatida pelo órgão acusador por meio de mandado de segurança.
- D) A decisão que absolve sumariamente o réu por reconhecer que o fato evidentemente não constitui crime é irrecorrível.

4 - Aponte a assertiva INCORRETA sobre nulidades:

- A) Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa.
- B) A nulidade de um ato, uma vez declarada, causará a dos atos que dele diretamente dependam ou sejam consequência.
- C) Nenhuma das partes poderá arguir nulidade a que haja dado causa, ou para que tenha concorrido, ou referente a formalidade cuja observância só à parte contrária interesse.
- D) Eventuais vícios do inquérito policial contaminam a ação penal, tornando nula a persecução penal como um todo.

MPF-AL – SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO 2021 GABARITO DEFINITIVO - PROVA OBJETIVA 14/07/2021

5 - Assinale a assertiva INCORRETA acerca dos princípios do Direito Processual Penal:

- A) O direito ao silêncio não pode ser invocado por ocasião do interrogatório perante o juiz, de modo que o réu não pode se negar a responder perguntas do magistrado acerca dos fatos narrados na denúncia.
- B) No processo penal vige o direito à autodefesa, do qual é expressão a capacidade postulatória do acusado para interpor recurso.
- C) O princípio da presunção da inocência é uma das pedras de toque do processo penal, do qual decorre a regra probatória do “*in dubio pro reo*”.
- D) O princípio do contraditório tem como elementos o direito à informação e o direito à participação por parte do acusado.

6 - Leocádio Soares é um executivo de sucesso que trabalha 15h por dia. Para relaxar, sempre gostou de pescar. Certa feita, Leocádio arrumou seu barco e seus petrechos de pesca para um final de semana navegando no Rio São Francisco. Ocorre que era o período da piracema, quando a captura de peixes é proibida para propiciar sua reprodução. Quando já tinha pescado cerca de 50 kg de peixes, Leocádio foi flagrado pelo IBAMA, que o autou e encaminhou uma notícia-crime ao Ministério Público Federal. Ao receber a documentação, a Procuradora da República concluiu ter havido a prática do crime de pesca proibida, previsto no art. 34 da Lei nº 9.605/98 (Art. 34. Pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por órgão competente: Pena - detenção de um ano a três anos ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.). Marque a assertiva que ilustra como a representante do MPF deve proceder:

- A) Em razão do baixo potencial ofensivo do delito praticado, deve ser apresentada a Leocádio uma proposta de transação penal.
- B) Leocádio deve ser denunciado pela prática do crime previsto do art. 34, *caput*, da Lei nº 9.605/98 e, na mesma oportunidade, deve lhe ser oferecida uma proposta de suspensão condicional do processo.
- C) O caso deverá ser arquivado, pois o fato praticado por Leocádio é atípico.
- D) Todos os crimes ambientais são considerados graves, de modo que não é cabível o oferecimento de qualquer benefício penal a Leocádio.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1-Assinale a alternativa CORRETA acerca dos princípios do direito administrativo brasileiro:

- a) O princípio da moralidade está explícito no texto constitucional, podendo-se afirmar que a Constituição determina que os atos de improbidade administrativa podem acarretar a perda da função pública, a depender do que dispuser lei complementar.

MPF-AL – SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO 2021

GABARITO DEFINITIVO - PROVA OBJETIVA 14/07/2021

- b) O princípio da legalidade insculpido no artigo 37 da Constituição não é absoluto, o que possibilita a derrogação de lei por decreto, após confirmação pelo Congresso Nacional.
- c) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- d) Decretos disporão sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.

2-Concernente aos atos administrativos, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Existem atos administrativos cuja forma é não escrita.
- b) A teoria dos motivos determinantes, acerca dos atos administrativos em geral, não é aplicada no Brasil, porquanto se adota no Brasil a teoria da absoluta vinculação dos atos administrativos.
- c) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- d) A decisão de recursos administrativos não pode ser delegada.

3-Segundo a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a doutrina e a jurisprudência pátrias, é possível afirmar que:

- a) As disposições da Lei de Improbidade Administrativa aplicam-se somente aos que praticarem diretamente os atos nela elencados.
- b) Os casos de improbidade arrolados nos artigos 9º, 10 e 11 da referida Lei, são taxativos, de acordo com o princípio da legalidade estrita.
- c) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente não poderá ser responsabilizado pela prática do ato de improbidade administrativa, e tampouco poderá ser cobrado pelo ressarcimento ao erário do eventual dano causado, haja vista o princípio da intranscendência da pena.
- d) O sancionamento por ato de improbidade administrativa, de natureza civil, não exclui a responsabilidade do agente nos âmbitos penal e administrativo, considerando a independência de instâncias.

4-Sobre servidores públicos, concursos públicos e demais normas correlatas, é possível afirmar que:

- a) O servidor público que se eleja vereador de sua cidade poderá acumular as duas funções se houver compatibilidade de horários, situação em que perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- b) É permitida a acumulação de dois cargos públicos de professor, embora a Constituição não exija expressamente que haja compatibilidade de horários.
- c) Os concursos públicos possuem prazo de validade de 4 anos, improrrogável.
- d) Os estrangeiros não podem ocupar cargo, emprego ou funções públicas no Brasil.

MPF-AL – SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO 2021

GABARITO DEFINITIVO - PROVA OBJETIVA 14/07/2021

5-Sobre os órgãos e entidades públicas, é **CORRETO** afirmar que:

- a) As autarquias integram a Administração Pública Indireta, e mantêm relação de subordinação com os órgãos da Administração Direta.
- b) **As agências reguladoras são autarquias de regime especial, cujos presidentes exercem mandato.**
- c) As agências reguladoras são órgãos despersonalizados da Administração Indireta.
- d) As fundações públicas confundem-se com as empresas públicas e as sociedades de economia mista em seu regime jurídico, preponderantemente privado.

6-Acerca dos poderes administrativos e os atos administrativos, é possível afirmar que:

- a) O poder de polícia não é autoexecutável, haja vista o inafastável controle da administração pública pelo Poder Judiciário.
- b) O poder disciplinar não é exercido sua plenitude enquanto não confirmado pelo Tribunal de Contas da União, em qualquer processo administrativo disciplinar federal.
- c) A Administração Pública não pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.
- d) **Determinados atos administrativos são estabelecidos, pela lei, como de natureza vinculada, obrigando a Administração a agir, não cabendo, na hipótese, juízo de oportunidade e conveniência da autoridade.**

DIREITO CIVIL

1 - Assinale a alternativa **errada** sobre os direitos da personalidade:

- a) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
- b) A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão definitiva. .
- c) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- d) **É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita ou remunerada do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.**

2- Assinale a alternativa **errada quanto aos bens**:

- a) **São fungíveis os móveis que podem substituir-se por outros similares.**
- b) São consumíveis os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância, sendo também considerados tais os destinados à alienação.
- c) São singulares os bens que, embora reunidos, se consideram *de per si*, independentemente dos demais.

MPF-AL – SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO 2021
GABARITO DEFINITIVO - PROVA OBJETIVA 14/07/2021

d) Constitui universalidade de direito o complexo de relações jurídicas, de uma pessoa, dotadas de valor econômico.

3- Assinale a alternativa errada quanto aos fatos jurídicos:

a) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.

b) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se extensivamente.

c) A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.

d) Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.

4- Assinale a alternativa errada:

a) Os poderes de representação conferem-se por lei ou pelo interessado.

b) A manifestação de vontade pelo representante, nos limites de seus poderes, produz efeitos em relação ao representado.

c) O representante é obrigado a provar às pessoas, com quem tratar em nome do representado, a sua qualidade e a extensão de seus poderes, sob pena de, não o fazendo, responder pelos atos que a estes excederem.

d) É nulo de pleno direito o negócio jurídico que o representante celebrar consigo mesmo.

5 - Assinale a alternativa errada sobre o Código de Defesa do Consumidor:

a) O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

b) O produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes.

c) O produto é considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.

d) No fornecimento de serviços que tenham por objetivo a reparação de qualquer produto considerar-se-á implícita a obrigação do fornecedor de empregar componentes de reposição originais adequados e novos, ou que mantenham as especificações técnicas do fabricante, salvo, quanto a estes últimos, autorização em contrário do consumidor.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

MPF-AL – SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO 2021

GABARITO DEFINITIVO - PROVA OBJETIVA 14/07/2021

1 - Assinale a alternativa **errada** sobre a Ação Civil Pública:

- a) Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar a associação que concomitantemente esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil e inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- b) O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei.
- c) O requisito da pré-constituição poderá ser dispensado pelo juiz, quando haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido.
- d) **As ações previstas na Lei de Ação Civil Pública serão propostas no foro do local da residência do autor, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.**

2 - Assinale a alternativa **errada quanto à improbidade administrativa**:

- a) Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- b) **No âmbito das ações de improbidade administrativa é inadmissível celebração de acordo de não persecução cível.**
- c) A Fazenda Pública, quando for o caso, promoverá as ações necessárias à complementação do ressarcimento do patrimônio público.
- d) O ministério público, caso não seja autor da ação de improbidade, atuará como *custos legis*;

3 - Assinale a alternativa **errada sobre a competência**:

- a) Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.
- b) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu.
- c) **É competente o foro do Distrito Federal para as causas em que seja autora a União.**
- d) A ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência absoluta.

4 - Assinale a alternativa **errada sobre os atos processuais**:

- a) Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às

MPF-AL – SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO 2021

GABARITO DEFINITIVO - PROVA OBJETIVA 14/07/2021

especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo.

- b) A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial.
- c) Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.
- d) **Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 60 (sessenta) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.**

5 - Assinale a alternativa **errada**:

- a) Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.
- b) Cada parte interporá o recurso independentemente, no prazo e com observância das exigências legais.
- c) **O recurso pode ser interposto pela parte vencida ou pelo Ministério Público, desde que atue como litisconsorte da parte vencida.**
- d) O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1 - Sobre a disciplina constitucional da questão indígena, é INCORRETO afirmar que:

- a) **O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Presidente da República, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.**
- b) As terras indígenas são inalienáveis, indisponíveis e os direitos sobre elas, imprescritíveis.
- c) Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.
- d) São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

2 - Compete privativamente ao Senado Federal:

- a) aprovar, previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Congresso Nacional;
- b) **suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;**
- c) fixar, por proposta do Congresso Nacional, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- d) aprovar, por maioria simples e por voto aberto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato;

MPF-AL – SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO 2021 GABARITO DEFINITIVO - PROVA OBJETIVA 14/07/2021

3 - Podem propor ação declaratória de inconstitucionalidade e de constitucionalidade, EXCETO:

- a) os Governadores de Estado e do Distrito Federal;
- b) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- c) a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal
- d) a Mesa do Congresso Nacional;

4 - Leia o excerto abaixo:

Constituição “só se refere à decisão política fundamental (estrutura e órgãos do Estado, direitos individuais, vida democrática, etc); as leis constitucionais seriam os demais dispositivos inseridos no texto do documento constitucional, mas não contém matéria de decisão política fundamental” (SILVA, José Afonso. Direito constitucional positivo. 36 ed. São Paulo: Malheiros, 2013, p. 40).

Considerando as bases da teoria da Constituição, a definição acima exposta está relacionada:

- a) ao sentido sociológico de Constituição, tal como definido por Ferdinand Lassale;
- b) ao sentido político de Constituição, tal como definido por Hans Kelsen;
- c) ao sentido sociológico de Constituição, tal como definido por Émile Durkheim;
- d) ao sentido político de Constituição, tal como definido por Carl Schmitt;

5 - Sobre a teoria do poder constituinte, julgue os itens abaixo:

I – A ruptura da ordem constitucional e a promulgação de um novo texto constitucional é exemplo de expressão do poder constituinte derivado reformador;

II- Uma das características do poder constituinte originário é a sua incondicionalidade, ou seja, ele não se submete a qualquer forma prefixada de manifestação;

III- A manifestação principal do poder constituinte derivado reformador são as decisões do Supremo Tribunal Federal em sede de ações de controle concentrado de constitucionalidade;

IV- A parcela de poder constituinte extensível aos Estados-membros da Federação brasileira é chamada, pela doutrina, de poder constituinte derivado decorrente

- a) todos os itens estão corretos
- b) somente os itens I, II e III são verdadeiros
- c) somente os itens II e IV são verdadeiros
- d) somente o item III é verdadeiro

6 - Sobre a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, considere os itens abaixo:

MPF-AL – SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO 2021 GABARITO DEFINITIVO - PROVA OBJETIVA 14/07/2021

I- Brasília e o Distrito Federal são definições sinônimas à luz do texto constitucional.

II- Os Territórios Federais são pessoas jurídicas de direito público distintas da União Federal, tal como ocorre com o Distrito Federal e os Estados-membro;

III- É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

IV - A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei federal, dentro do período determinado pela Constituição, dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei

Julgue os itens abaixo:

- a) todos os itens estão corretos
- b) somente os itens I, II e III são verdadeiros
- c) somente os itens II e IV são verdadeiros
- d) somente o item III é verdadeiro